

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 1443

DATA : 18 02 92

PG. : 5

Funai acusada de favorecer empresa

LUCIA MIRANDA LEÃO

BRASÍLIA — O Ministério Público da União está investigando denúncia de irregularidade no processo de licitação que deu à Asserplan Engenharia e Consultoria Ltda. o contrato para demarcação dos 9,4 milhões de hectares da área indígena ianomâmi. O procurador Wagner Gonçalves, coordenador do Núcleo de Defesa das Populações Indígenas, requereu o processo de licitação porque funcionários da Funai suspeitam de que a

Asserplan se beneficiou de informações privilegiadas. A empresa cobrou pelo serviço Cr\$ 2,9 bilhões, valor máximo que a Funai poderia pagar pela demarcação. A empresa Basevi S/A, segunda colocada na licitação, entrou com recurso na Funai, alegando que seria impossível fazer o trabalho especificado no edital pelo preço cobrado pela Asserplan. O recurso foi considerado improcedente pela comissão de licitação. De acordo com o processo em poder da Procuradoria, para realizar o serviço, a Asserplan pediu um preço Cr\$ 500 milhões inferior ao da Basevi, sediada em

Brasília.

Há uma semana analisando o processo, Gonçalves informou que vai solicitar parecer de representantes do Ministério Público especializados em licitação pública, antes de anunciar sua conclusão sobre a licitação. As suspeitas recaem sobre o diretor de Assuntos Fundiários da Funai, José Jaime Mancim, topógrafo do interior paulista que trabalhou com prestação de serviços profissionais no Acre, sede da Asserplan. Ele nega qualquer envolvimento com a empresa, mas confirma ter feito trabalhos avulsos para a firma, que já co-

meçou o trabalho de demarcação da área indígena. Foi Mancim quem abriu o processo licitatório, mas não participou das outras fases de escolha da empresa.

Os assessores do presidente da Funai, Sidney Possuelo, atribuem a denúncia a mais uma reação à criação da reserva ianomâmi. Possuelo disse que tomou a iniciativa de enviar o processo de licitação ao Ministério Público para dissipar dúvidas. Mas Gonçalves disse ter sido quem solicitou o processo à Funai para investigar a denúncia dos funcionários do órgão.